

**HABEAS CORPUS Nº 567.788 - RO (2020/0072197-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **DIEGO MARADONA MELO DA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **JOAO CASTRO INACIO SOBRINHO - CE006709**  
 : **DIEGO MARADONA MELO DA SILVA - RO007815**  
 : **ROSANGELA VIANA REBOUÇAS - MT013019**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PACIENTE** : **CLAUDIONOR SILVA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CLAUDIONOR SILVA DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Apelação n.0012028-12.2013.8.22.0501).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), à pena de 12 (doze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, ante a apreensão de cerca de **32kg (trinta e dois quilos) de cocaína**.

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao apelo nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 39/40):

*TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADES. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. LOCAL DA REMESSA ENTORPECENTE. ART. 70 DO CPP. PROVA EMPRESTADA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. MEDIDA DECRETADA EM RAZÃO DA INVESTIGAÇÃO EM CURSO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. POSSIBILIDADE. CONTRADITÓRIO DIFERIDO GARANTIDO. EXAME DE ESPECTROGRAMA (COMPATIBILIDADE DE VOZ). DESNECESSIDADE. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA PROVA. IMPROCEDÊNCIA. CAUSA ESPECIAL REDUÇÃO PENA. INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*No tráfico interestadual de drogas, é de se considerar como local da remessa do entorpecente o lugar da consumação do delito, nos termos do art. 70 do CPP, relevando-se a competência, inclusive, em favor da produção de provas e do desenvolvimento dos atos processuais.*

*Inexiste nulidade quando a prova carreada aos autos não é considerada emprestada, mas, sim, produzida em razão da investigação em comento, mormente quando oportunizada à defesa o amplo contraditório diferido no curso na ação penal.*

*A Lei 9.296/96 (art. 3º) autoriza a determinação de interceptação telefônica de ofício, sem que isso caracterize ofensa ao princípio acusatório da prova, não havendo nulidade a ser reconhecida,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*especialmente quando o procedimento se deu por requerimento da autoridade policial.*

*É possível proceder sucessivas prorrogações de autorizações de interceptações telefônicas, além do prazo de 15 dias, desde que fundamentadas pelo magistrado. O primeiro fundamento da decisão, não impugnado, presume-se válido para as sucessivas prorrogações.*

*É possível a prorrogação do prazo de autorização para a interceptação telefônica, mesmo que sucessivas, especialmente quando o fato é complexo a exigir investigação diferenciada e contínua. Não configuração de desrespeito ao art. 5º, caput, da Lei 9.296/96.*

*É desnecessária a realização de perícia para saber se a voz captada na interceptação telefônica é, efetivamente, a do acusado, cabendo a este, no momento oportuno, impugnar o áudio e produzir a contraprova.*

*Comprovadas a materialidade e autorias dos crimes de tráfico, notadamente pelas interceptações telefônicas, campanhas policiais, filmagens, depoimentos e testemunhos dos autos, é de rigor a manutenção da condenação.*

*Recurso não provido.*

No presente *writ*, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para exasperação da pena-base e que o aumento operado é desproporcional.

Busca, inclusive liminarmente, seja reduzida a pena-base.

É o relatório.

**Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro

# *Superior Tribunal de Justiça*

grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator